
MARIA CLARA KEATING

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A Construção da Polémica da *Hegemonia* e da *Diferença* nos Estudos sobre Linguagem e Diferença Sexual

(A propósito de *You Just Don't Understand*, de Deborah Tannen)

A questão da construção da diferença sexual na linguagem tem vindo a ser objecto de intensas controvérsias, às quais a sociolinguística não é indiferente. Partindo de uma leitura

crítica do recente bestseller da norte-americana Deborah Tannen, procede-se a uma avaliação de várias abordagens presentes no debate em curso.

173

QUEM quiser satisfazer a curiosidade sobre a forma como a construção da diferença sexual tem vindo a ser analisada por linguistas e sociolinguistas facilmente verá a atenção despertada pela obra da sociolinguista norte-americana Deborah Tannen. E isto não apenas pelos títulos sugestivos de alguns livros da autora, como *That's not what I meant! How Conversational Style Makes or Breaks Your Relations With Others* ou *You Just Don't Understand! Women and Men in Conversation*, mas, principalmente, pela razão de que esta segunda obra tem vindo a gerar nos meios académicos (de onde, em 1990, saiu) uma violenta polémica. Não é alheio a esta polémica o facto de se tratar talvez da única obra produzida por uma sociolinguista que conseguiu atingir a condição invejada de *bestseller*, não só nos Estados Unidos como em países do Norte da Europa. Entretanto, Tannen tornou-se uma autoridade em problemas que articulam a linguagem e a identidade sexual. Concedem-lhe espaço revistas de tão ampla divulgação como a americana *Newsweek* (sobre a construção da diferença sexual na cultura de computadores [Tannen, 1994]), ou a versão

portuguesa da revista *Marie Claire* (1992). Tannen torna-se a primeira referência, o livro fácil de adquirir, a versão hipermercado que responde à ansiedade quotidiana que é existirmos como mulheres e como homens e como tal termos que ceder à necessidade de comunicar. Fatalmente comunicar. A razão pela qual este livro se torna um *bestseller* no mundo ocidental seria, por si só, passível de uma análise crítica e sociológica.

A escolha deste livro para reflexão aqui prende-se, fundamentalmente, com a polémica que a perspectiva sugerida pela autora provocou nos meios académicos de onde saiu. Neste trabalho, sirvo-me de cinco recensões da obra de Tannen, a fim de analisar as diferentes correntes de opinião que estão por trás de estudos sociolinguísticos que consideram a relação entre a existência (ou a construção) da diferença sexual e o uso da linguagem. Tannen adopta uma abordagem etnometodológica da análise do discurso, segundo a qual os padrões puramente conversacionais reflectem o tipo de relação existente entre os participantes numa dada interacção. A sua tese tem como fundamento um artigo de D. N. Maltz e R. A. Borker (1982), onde se sugere que as diferenças do uso da linguagem por homens ou por mulheres se devem à existência de duas subculturas que, postas em confronto numa actividade comunicativa concreta, provocam incompreensões e faltas de comunicação entre os participantes. Segundo estes autores, as diferenças que podem observar-se no uso de padrões conversacionais diferentes nas falas das mulheres e dos homens devem-se a formas de socialização diferentes para indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. É esta diferença do tipo de socialização que provoca usos linguísticos diferentes. Os estudos sobre a socialização de crianças e adolescentes revelam que a maior parte dos jovens interagem em grupos do mesmo sexo, sendo que cada grupo tem normas e estratégias conversacionais diversas. Assim, os grupos masculinos dão prioridade à hierarquia, valorizando a competição, o que faz com que o jovem envolvido numa conversa esteja inconscientemente a tentar ganhar ou manter um determinado estatuto; a conversa masculina é, por isso, assimétrica. Os grupos femininos, por outro lado, organizam-se de uma forma mais igualitária, dando prioridade à cooperação, o que faz com que a jovem tente manter um nível de intimidade e simetria entre si e os outros participantes. Esta aprendizagem cultural reflecte-se de forma negativa na

comunicação heterossexual adulta. A diferença de enquadramento¹ por parte de cada participante numa mesma conversa leva à dificuldade na interpretação do outro e cria sensações de frustração e de não comunicação. A conversa heterossexual é, por isso, intercultural. Olhar para as dificuldades da comunicação heterossexual do ponto de vista intercultural (logo, tendo em vista a tolerância para com a outra cultura) ajuda a assumir essas mesmas dificuldades e pode ser a solução para o bom entendimento entre as partes.

É esta a lógica que envolve a estrutura do livro como um todo. E é assim que encontramos um primeiro capítulo que nos apresenta esta tese, ao qual se segue um conjunto de capítulos que a ilustram, culminando finalmente num apelo à abertura, à tolerância, à comunicação intercultural entre homens e mulheres. Uma estrutura fácil e acessível, que se reflete e reproduz na estrutura interna de cada um dos capítulos. Detenhamo-nos um pouco em cada um deles.

No primeiro capítulo, "Different Words, Different Worlds", a tese da diferença cultural é introduzida através de pequenas palavras-chave, três conceitos fundamentais que estabelecem o "tom" do livro: "intimidade", "independência", "enquadramento". Três conceitos que, seguindo a lógica já anteriormente referida, se explicam rapidamente da seguinte maneira: ao "enquadrar" uma conversa do ponto de vista da "intimidade", pede-se e espera-se dos participantes dessa conversa cooperação e corroboração daquilo que se diz, de forma a construir uma interacção de simetria e interdependência; ao enquadrar essa mesma conversa à luz de "independência", pede-se e espera-se dos outros uma relação baseada na competição e no conflito de interesses, no posicionamento dentro de uma dada hierarquia, necessariamente assimétrica. Cada conceito está cuidadosamente ilustrado e é rodeado por pequenos episódios ou histórias ditas concretas, agrupados sob vários subtítulos sugestivos e reveladores da posição etnometodológica adoptada por Tannen. Esta cuidadosa apresentação torna o livro mais simplificado e de fácil leitura, revelando um paralelismo interessante com a estrutura dos artigos de fundo das revistas femininas.

Se os conceitos de "intimidade" e de "independência" são apresentados como enquadrando formas de socialização diferentes nas mulheres e nos homens, será essa mesma

¹ Para uma definição de "enquadramento" tal como é proposta por Erving Goffman, cf. Nunes, 1993.

dualidade (“intimidade/independência”) que enquadrará a apresentação, nos capítulos seguintes, dos aspectos que melhor retratam a relação entre formas de falar e a existência ou construção de diferenças sexuais.

Assim, se no segundo capítulo se se refere a assimetria existente na forma como homens e mulheres lidam com os seus problemas, os exprimem e partilham, no terceiro capítulo referem-se estudos, não só linguísticos, que se debruçam sobre a quantidade de fala feita por homens e por mulheres (num diálogo com o preconceito de que as mulheres falam mais do que os homens). Porque os resultados apresentados nos revelam conclusões contraditórias, diz-nos Tannen, não é só a quantidade de fala que está em causa, mas sim os domínios, público ou privado, em que essa fala ocorre. Por outras palavras, é no domínio público (normalmente dominado por homens) que se exige um estilo conversacional onde se valoriza a competitividade, a hierarquia e a informação objectiva — o *report-talk* —, enquanto do domínio privado (normalmente feminino) se exige um estilo conversacional onde mais se valoriza a intimidade, a simetria, a construção de comunidade — o *rappor-talk*. “*Report/rappor*” e “público/privado” reescrevem “intimidade/independência”, agora aprofundados e considerados como estilos conversacionais de pleno direito, com os seus domínios interaccionais específicos. E assim se entende o silêncio das mulheres em domínios públicos e o silêncio dos homens em domínios privados, ou, como nos diz Tannen, a utilização “desencaixada” da lógica privada num domínio público (que pode ser ilustrada pela dificuldade que uma mulher, quando colocada numa situação de poder num domínio público, tem em lidar com os códigos desse domínio, contagiando-o com características do domínio privado), ou da lógica pública num domínio privado (como as longas conversas em família, onde muitas vezes se observa a tendência do homem de adoptar uma atitude de “discursador” e a tendência da mulher de escolher a posição, mais privada, de “público silencioso”)².

Do quarto ao nono capítulo, são referidos outros aspectos, também já largamente investigados pelos estudos linguísticos sobre a diferença sexual e, agora, enquadrados

² É pertinente referir aqui o trabalho desenvolvido por Maria Emília Pedro Ribeiro sobre o silêncio das mulheres (comunicação apresentada ao Sociolinguistics Symposium 10, Universidade de Lancaster, Inglaterra). Ver também Orlandi (1992), para uma análise do silêncio como instrumento de resistência política.

à luz da dicotomia *report/rapport*. Por exemplo, a actividade do mexerico (em inglês, *gossip*) é referida como uma actividade linguística responsável pela manutenção do sentido de uma dada comunidade; é, assim, grande a importância que o boato tem na manutenção ou destruição do valor de um indivíduo numa dada sociedade. Tannen interpreta essa importância pela tendência cada vez maior de haver uma permeabilidade, já superficialmente sugerida em capítulos anteriores, entre o domínio privado e o público e vice-versa.³ No entanto, a sua interpretação sexualmente diferenciada detém-se nas razões que homens e mulheres têm para temer o efeito de boatos e mexericos. As mulheres, de acordo com Tannen, preocupam-se mais com procurar o afecto e a aceitação pelos outros; os homens, por seu lado, preocupam-se com a manutenção de um certo respeito.

Este mesmo enquadramento mantém-se, no capítulo seguinte, na referência à natureza distinta do tipo de domínio das conversas efectuado por homens e por mulheres — os homens dominam as conversas pela quantidade de informação que conseguem demonstrar; as mulheres dominam-nas pela qualidade de informação pessoal, subjectiva, confessional, que conseguem demonstrar. Um outro aspecto, a gestão dos conflitos e das agressividades, é também apresentado como sexualmente diferenciado — o conflito é visto pelas mulheres como uma ameaça à intimidade, e as diferenças, muitas vezes profundas, entre mulheres são disfarçadas pela aparência da manutenção das características comuns (a *simpatia*, tão valorizada entre as mulheres, é a espinha dorsal da criação de “comunidade”); os homens olham para o conflito e para o desafio como a forma natural de organizar e estabelecer contactos, interacção naturalmente hierárquica e assimétrica. Repete-se este enquadramento na análise de um outro aspecto, também já largamente estudado em Linguística: a questão das interrupções. Ao contrário do que é comum dizer-se, os homens parecem interromper mais as mulheres do que as mulheres os homens. Mas até aqui é difícil encontrar um consenso, pois tudo depende do objectivo com que é feita a interrupção, ou daquilo que um ou outro linguista considera interrupção ou

³ Para uma análise interessante da influência do privado no discurso público, podem confrontar-se as teses de Norman Fairclough sobre o discurso político; de acordo com este autor, num seminário realizado em Lisboa a 22 de Novembro de 1993, a “conversacionalização” do discurso político é exemplo paradigmático da forma como o discurso público está constantemente a ser contagiado pelo interesse crescente pelo privado.

mera sobreposição — de acordo com Tannen, parece haver tendência nas mulheres para interromper com o intuito de reforçar o tópico da conversa, e como tal, cooperar, enquanto os homens parecem interromper com o intuito de tentar atingir um certo estatuto na conversa.

Finalmente, Tannen apresenta no nono capítulo uma série de estudos feitos em grupos de ambos os sexos e de idades diferentes, em que se observou a manutenção das tendências conversacionais, não por grupo etário, mas por sexo. Por outras palavras, crianças e adolescentes do sexo feminino tendem a manter um conjunto de características estilísticas comuns (como a procura da intimidade e simetria nas relações) que as fazem diferir do estilo das crianças e adolescentes do sexo masculino, independentemente das idades. O livro culmina com uma proposta de entendimento, por ambas as partes, destas estratégias discursivas que formam a diferença cultural entre homens e mulheres — propõe-se assim, olhar para para as diferenças como diferenças de estilo que podem e devem ser compreendidas em prol do melhor entendimento entre os sexos.

Mantém-se, assim, como já foi dito antes, uma estrutura simples em que, numa linguagem corrente e de fácil acesso, se viaja por entre complexos estudos de áreas diversas sobre a diferença sexual e em que a linha condutora se traduz na tensão entre “intimidade/privado/*rappor-talk*/comunidade/cooperação” e “independência/público/*report-talk*/hierarquia/competição”, de forma talvez desnecessariamente recorrente, e, em algumas partes, necessariamente superficial. Esta estrutura pode ser justificada se atentarmos nos objectivos últimos da publicação desta obra: apresentar-se como obra de divulgação a fim de atingir um público que, seja ou não por falta de tempo, já não consegue acabar um livro inteiro, e que prefere o conforto de breve conclusão a rematar uma pequena história. Se o primeiro objectivo é de louvar, o segundo corre o risco não só de pressupor a existência de um público ignorante ou mesmo preguiçoso, como de reforçar essa mesma identidade nos leitores de ambos os sexos.

Segundo Deborah Cameron (1992), a “divisão sexual do trabalho linguístico” tal como é proposta por Tannen passa por uma análise da diferença linguística como mera e neutra diferença de estilos, provocada por um choque de culturas. Vale a pena determo-nos na crítica apresentada por esta linguista em relação a este ponto. Admitamos, sugere Came-

ron, que Tannen tem razão quando afirma que a existência de diferenças linguísticas é provocada pela existência de dois tipos de socialização ou culturas diferentes. Parte-se do princípio de que as relações sociais primárias são de natureza homosocial, sendo secundária a relação heterossocial e heterossexual. Assim, as frustrações aparecem devido à nossa formação imperfeita, que nos torna praticamente incapazes de nos adaptarmos à relação heterossocial e heterossexual. Ao mesmo tempo, é a heterossexualidade (e tudo o que lhe é associado) que é predominante na sociedade. As relações homosociais adquirem, assim, a função de criar as diferenças de sexo exigidas pela heterossexualidade. São elas que constroem a relação complementar — mas não igualitária — do casal heterossexual. Esta complementaridade heterossexual atinge-se pela aprendizagem, na juventude, de diferentes tipos de actividades sociais, construídas em parte pelo tipo de linguagem utilizado. Isto é, ao aprender a falar e a conversar, aprende-se simultaneamente a construir determinados domínios de actividade social. A diferença sexual é produzida, por exemplo, pela ênfase dada à esfera pública para os meninos e à esfera privada ou doméstica para as meninas. Mais do que meros “estilos”, as identidades sexuais operam como actividades sociais e linguísticas complementares. E, deste ponto de vista, a analogia “intercultural” proposta por Tannen já não funciona: a diferença sexual constrói-se no sentido da complementaridade e tem como função primeira a convivência harmoniosa dentro de uma dada sociedade ou cultura. O mesmo não pode dizer-se em relação à existência de culturas diferentes, que não existem para, de forma complementar, construir uma cultura global.

Por outro lado, ao apresentar pequenas histórias, pedindo cumplicidade na partilha de experiências pessoais, a autora constrói-se como mulher. Se a comunicação heterossexual é intrinsecamente tão difícil, então poderá deduzir-se que o livro é produzido por uma mulher para mulheres. O objectivo do livro cai, assim, por terra, e corre o perigo de reforçar a diferença entre os sexos; cabe à mulher, mais uma vez, o papel de mediadora de conflitos, de reparadora de danos, de suporte da interacção heterossexual; nas palavras de Pamela Fishman, é à mulher que cabe fazer o trabalho sujo de interacção (“interactional shitwork” [Fishman, 1978]). Compete, pois, à mulher comprar o livro de Deborah Tannen e propor ao homem a sua leitura, pressupondo a existência de

uma divisão sexual do trabalho linguístico e comunicativo. O apelo à tolerância é unilateral, pacífica inconscientemente a mulher com uma explicação fácil para a frustração e mantém-na exactamente na mesma posição da qual tentou sair.

A tese de Tannen sai fragilizada da análise de Cameron em dois pontos fundamentais. Primeiro, porque se pressupõe de uma forma não problematizada a norma do casal heterossexual e a necessidade da sua manutenção. Há que não esquecer que a heterossexualidade é dominante e, como tal, está imbuída de relações de poder que contribuem para a sua manutenção; no fundo, diz-nos Cameron, Tannen escreve um livro para “salvar casamentos”. Segundo, porque Tannen não analisa a heterossexualidade como a instituição política dominante que ela é, sustentada por essa mesma diferença sexual, simultaneamente a alimentando. O facto de Tannen omitir qualquer referência aos jogos de poder que sustêm a diferença sexual reflecte, em si, a permanência de uma hierarquização. A autora assume a existência da diferença sexual, mas não a explica, pois dessa explicação se poderia inferir a desigualdade e o desejo de mudança social ou individual. Esta última parece ser uma posição que se pretende evitar a todo o custo.

Se, tal como pode inferir-se da tese de Tannen e da leitura de Tannen por Cameron, a comunicação adulta reflecte padrões conversacionais e culturais aprendidos na infância de uma forma passiva, então é porque algo está mal no reino dos adultos — isto é, constrói-se o indivíduo como sujeito passivo, submetido a padrões conversacionais pré-estabelecidos, dos quais lhe é impossível sair quando em comunicação com os outros, preso sem esperança na comunicação intercultural. Um intercultural que pressupõe uma tolerância baseada na compreensão superficial dos factores em jogo neste processo. Se quisermos levar a tese de Tannen às últimas consequências, o indivíduo não tem esperança de um diálogo sério com padrões adquiridos na infância nem capacidade de criar novas posições através do diálogo consigo próprio, com os outros, com a sua cultura adquirida. Nesta obra constrói-se um indivíduo infantilizado, sujeito às pressões de uma cultura masculina ou feminina, sem possibilidade de ser agente de uma qualquer transformação. Pelo contrário, parece que ser adulto é entrar nesses mesmos padrões, comunicando com o outro sexo sem sair dessa casca cultural. A distância sugerida pela análise de Tannen aparece apenas como aquela suficiente para a

tolerância intercultural necessária à harmonia, e não para uma compreensão mais profunda, que poderia levar a tensões, conflitos, ou mesmo a uma transformação mais profunda de mentalidades.⁴ O silenciamento de questões como a do poder numa obra como esta explica-se pela pouca importância dada a uma realidade social e política eminentemente desigual para os sexos masculino e feminino. O masculino e o feminino ocupam posições diversas na realidade social, mantidas por relações de poder e pela existência das ideologias que as suportam. Não referindo isto, Tannen deixa a questão num vazio suficientemente grande para ser preenchido por críticas mais ou menos veementes.

Senta Troemmel-Plotz (1991)⁵ é especialmente dura e crítica em relação ao livro de Tannen, denunciando-o como política e cientificamente desonesto. Segundo esta autora, *You Just Don't Understand* é um livro desonesto porque, ao considerar padrões conversacionais de uma perspectiva intercultural, coloca ao mesmo nível situações que na realidade estão em relação de desigualdade; o importante seria procurar as razões do desnível, em vez de o apresentar como resultado de estilos neutros que pressupõem igualdade de circunstâncias. Tannen não quer entrar nesse debate e é por isso que silencia palavras como "domínio" ou "controlo", utilizando-as, quando muito, de uma forma indefinida. Para além disso, o livro é cientificamente desonesto porque omite estudos que analisam a existência de diferenças sexuais à luz do poder e das desigualdades de acesso ao poder, em diferentes áreas da actividade humana, como sejam as que dizem respeito ao trabalho, ao salário, à família, à sexualidade, às profissões, etc. Mais grave ainda é a forma como alguns dos estudos são manipulados e neutralizados por Tannen (ver, por exemplo, a forma como a voz importante e radical de Dale Spender é arrumada em duas linhas no texto principal e uma nota). Tannen é ainda acusada de omitir estudos feitos noutras áreas do saber, que valorizam a existência do estilo mais cooperativo como instrumento importante para o controlo, por parte das mulheres, de situações no domínio público. Mesmo de entre estudos sociolinguísticos são omitidas investigações sobre as desigualdades de distribuição do poder em discursos institucio-

⁴ É interessante notar que, no prefácio a uma colectânea de ensaios que organizou, Tannen é sensível a estas críticas, repensando um pouco a sua posição (Tannen, 1993).

⁵ Ver também Kramarae, 1992.

nais, como o diálogo entre médicos e doentes, onde a construção da feminilidade (ou, por exemplo, da maternidade) é feita de forma a manter uma relação desigual (Fischer, 1984, 1986; Fischer/Todd, 1983, 1986; Todd, 1984, 1989; West, 1984; Kiaer, 1990). Finalmente, é redutor o uso de apenas uma variável (o sexo) para a determinação de sub-culturas, ao deixar-se de lado outros factores tão importantes como a raça, a etnicidade ou a classe.

As posições de Tannen e Troemmel-Plotz (ou outras linguistas como Cameron ou Cheri Kramarae) apresentam claramente perspectivas e níveis de empenhamento social muito diferentes, que podem simbolizar duas correntes de opinião presentes nesta área dos estudos sociolinguísticos. Estas duas correntes de opinião traduzem-se normalmente pela abordagem da *diferença* e pela abordagem da *dominação* (ou da *hegemonia*).

Linguistas como Tannen interpretam as diferenças de linguagem dos homens e das mulheres de uma forma que nada tem a ver com a existência de formas de subordinação ou controlo. O uso de mais formas de suporte conversacional pelas mulheres (como "hmm hmm" ou "pois") pode e deve ser considerado, de acordo com estes linguistas, como um aspecto positivo que pertence a uma diferença cultural que se deve reforçar. Ao valorizar esse aspecto, promove-se o orgulho de uma diferença, e asser-se o direito a essa mesma diferença. A diferença sexual na linguagem interpreta-se, pois, como essencialmente cultural, quase, poderia dizer-se, biologicamente determinada. É essa essência masculina ou feminina que, posta em confronto, provoca choque, incompreensão, espanto e exasperação.

A esta abordagem da diferença se contrapõe uma outra, onde podemos situar as críticas de Troemmel-Plotz, Cameron e Cheri Kramarae. Interpreta-se aqui a existência de uma linguagem feminina à luz das relações de poder e hegemonia, no seio das quais as mulheres, e a linguagem que utilizam, ocupam uma posição de subordinação numa sociedade eminentemente patriarcal. É a existência do patriarcado que provoca e promove a diferença da linguagem entre homens e mulheres, ocupando lugares complementares, num equilíbrio desigual. Existe, assim, uma divisão sexual do trabalho conversacional; a diferença existe porque um padrão linguístico utilizado por homens domina outro padrão conversacional utilizado por mulheres: a própria utilização reforça e mantém, num círculo vicioso, a hegemonia do

patriarcado. Muitas vezes, estudos radicais dentro desta abordagem analisam a diferença sexual somente à luz dos jogos de poder entre os participantes, não tomando em linha de conta outros factores como a raça, a etnicidade ou a classe. Aliás, é sintomático o facto de prevalecerem, em qualquer dos estudos sobre a diferença sexual e linguística, contextos de classe média, branca, intelectual, monolíngue e falante do inglês.

Tanto a abordagem da diferença como da hegemonia nascem de uma tese apresentada por Lakoff nos anos 70 (Lakoff, 1975), segundo a qual a desigualdade entre os sexos se representa pelas diferenças de usos linguísticos existentes nos homens e nas mulheres. Apresentavam-se, assim, características linguísticas típicas do falar feminino: as mulheres usariam mais modalizações, adjectivos semanticamente vazios, formas mais delicadas, sendo, por isso, menos assertivas, mais inseguras, mais triviais. Este artigo levantava a polémica da desigualdade social entre homens e mulheres e as suas representações na linguagem; apresentava, porém, a fala feminina como deficitária, imperfeita, inferior em relação à norma e ao padrão vistos como masculino. É em reacção a esta abordagem do *défice* que se faz a apologia do valor e do direito à diferença, numa tentativa de analisar, não aquilo que torna a linguagem feminina inferior, mas diferente e de igual importância (o exemplo paradigmático é o livro de Tannen). É também numa tentativa de aprofundar a tese de Lakoff que nasce a abordagem da hegemonia, no sentido de explicar a existência de uma diferença (mas não *défice*), à luz das desigualdades sociais que parecem estar por trás dessa mesma diferença.

Lakoff é, ainda hoje, uma referência fundamental nos estudos sobre a diferença sexual linguística, pois é ela quem primeiro apresenta uma lista de fenómenos linguísticos como sendo tipicamente femininos. Embora esta lista tivesse tido uma natureza intuitiva (sem estudos sistemáticos que a comprovassem), muitos dos fenómenos têm vindo a ser estudados de uma forma quantitativa, mediante o isolamento e quantificação de determinadas variáveis, por forma a determinar uma dada estratificação social. Por outro lado, e utilizando uma metodologia mais qualitativa, outros estudos têm vindo a analisar essas mesmas variáveis num discurso ou interacção situados num contexto determinado. Se a análise quantitativa tem vindo a ser questionada em relação à escolha da própria variável (escolha determinada pela

pressuposição de que existe uma variação feminina da norma masculina), a análise dos discursos tem vindo a descobrir que a existência dessas variáveis se explica, como já referi, por relações de poder e hegemonia que ultrapassam o mero domínio da interacção, antes intervindo nessa mesma interacção.

O estudo das diferenças sexuais na linguística é recente, mas as noções de défice, diferença e dominação já nos dão traços de uma evolução epistemológica que tem vindo a desenvolver-se de forma bastante rápida nestes últimos anos. Da perspectiva da linguagem feminina como deficitária se desenvolvem as outras duas abordagens, uma reagindo contra a pressuposição de uma hierarquia — a da diferença — a outra, querendo explicar essa mesma hierarquia — a da dominação. Aki Uchida (1992) historiciza-as, propondo a abolição da distinção simplista entre estas abordagens. De acordo com esta autora, do conceito de diferença sexual já se infere a existência de grupos sócio-culturais diferentes, e a grande força que suporta estes grupos é a sua posição desigual na hierarquia social. Diferença e dominação são, no fundo, faces da mesma moeda. O que está fundamentalmente errado é, pois, a própria conceptualização da diferença sexual. O sexo foi, durante muito tempo, considerado como uma variável pré-linguística, relacionada com a natureza biológica adquirida à nascença. E isso impede olhar para a diferença sexual como algo construído através de uma socialização apropriada. Uchida propõe, assim, que se considere a diferença sexual como uma construção social e discursiva, o que permite uma análise linguística mais abrangente — uma análise que faça a ponte entre o que é linguístico e o que é social.

Se até aqui sociolinguistas e conversacionalistas têm vindo a chamar a atenção para a relação entre o uso da linguagem e o seu contexto (seja pela constatação da existência de usos linguísticos apropriados para situações específicas, seja pela determinação da presença de regras sistemáticas nesses mesmos usos, como os actos de fala ou as estruturas conversacionais), a verdade é que a noção de “contexto” é definida de forma difusa por estes autores. Por outro lado, essa mesma noção de “contexto” é aprofundada por teorias que consideram a existência de sujeitos socialmente construídos, num diálogo constante entre as ideologias que as instituições sociais encerram e a formação de uma consciência individual que, por um lado, reforça e, por outro,

transforma essas mesmas ideologias (e instituições). Essa construção, dizem-nos, é feita pela linguagem. No entanto, é vaga a forma como é abordada a questão da linguagem e da análise linguística. Parecem, assim, existir teorias que dão mais ênfase ao social, ou mais ênfase à linguagem. No nosso caso, teorias que dão mais ênfase à construção social da diferença sexual (nas relações de poder que ela encerra, contextualizadas em instituições sociais concretas — por exemplo, a existência de domínios públicos ou privados), e teorias que dão mais ênfase à construção linguística dessa diferença social (numa análise microlinguística e micro-sociológica, de que Tannen é um excelente exemplo).

Procura-se, assim, desenvolver novas formas de olhar a construção da diferença sexual na linguagem nas quais a análise de fenómenos linguísticos específicos se conjuga com outros tipos de análise mais cultural ou social, fazendo ressurgir o interesse pela semiologia e por teorias pós-modernas. A segunda edição do livro de introdução à linguística de Deborah Cameron, *Feminism and Linguistic Theory* (1993), inclui um capítulo sobre a semiologia, o pós-modernismo e o sujeito sexualmente construído; uma outra coleção de artigos, organizada por A. D. Fischer e S. Todd (1988), de 1988 reúne investigações feitas em áreas diferentes, numa tentativa de sintetizar a dualidade já referida.

Parece, pois, ser na procura de um diálogo interdisciplinar que se encontram as soluções mais interessantes para a explicação da relação entre a linguagem e a diferença sexual. Por um lado, a diferença sexual é construída e reconstruída num diálogo dinâmico do indivíduo com a ideologia do feminino ou masculino e no posicionamento do indivíduo no discurso; este mesmo diálogo (produzido por linguagem e pelo uso linguístico concreto) transforma-se num manancial de dados susceptíveis de uma análise linguística. Uma análise linguística que olhe para as escolhas linguísticas feitas por um sujeito falante, ambos (escolha linguística e falante) integrados em processos históricos, ideológicos, políticos e económicos concretos. E este tipo de análise, uma análise crítica do discurso, encontramos-lo já em autores como Gunther Kress, Teun van Dijk, Ruth Wodak ou Norman Fairclough (se bem que em contextos bem diferentes, como seja a análise do discurso mediático). Fairclough (1993), ao propor um modelo tripartido de análise do discurso, olha de uma forma caleidoscópica para a situação comunicativa. De acordo com este autor, a situação comunicativa acontece a

três níveis — ao nível do texto puramente linguístico (os itens lexicais, gramaticais, discursivo-pragmáticos presentes e escolhidos pelos participantes), ao nível dos processos de produção e recepção do texto pelos participantes na situação comunicativa, e, finalmente, ao nível do contexto histórico, social, cultural, político, que determina (e também é determinado por), tanto o processo de produção e recepção do texto, como as escolhas linguísticas produzidas pelos participantes nessa situação. Se bem que bastante complexa, esta proposta é poderosa e sedutora e poderá ser um ponto de partida para uma análise, já não só de itens linguísticos que provam a diferença sexual inscrita na linguagem e na comunicação, mas também da forma como essa diferença sexual tem histórica e ideologicamente vindo a ser inscrita na sociedade — um factor determinante na produção e recepção de umas, e não outras, escolhas linguísticas.

Tentei assim, usando como mote o polémico livro de Tannen, desbravar as correntes de opinião que estão por trás dos estudos e das análises feitas ao uso da linguagem, quando determinado pela existência da diferença sexual. Observei o esboçar de uma evolução epistemológica que passou por um olhar para a diferença como défice em relação a uma norma. A esta se reagiu com o orgulho da diferença. Outros/outras foram mais longe, procurando articular essa diferença com o posicionamento estrutural dos grupos numa sociedade hierárquica e patriarcal. *Défice, diferença e hegemonia* permitem-nos ir agora mais além na busca da natureza dessa diferença sexual, busca que se reflecte no seguinte texto de Aki Uchida:

A construção social do sexo organiza-nos o mundo e a vida social e afecta todos os seres humanos. Afinal, nenhum indivíduo consegue deixar de ser identificado como sendo do sexo feminino ou masculino. Mas é preciso não esquecer que, se a identidade sexual é tão visível, é porque é uma construção social, algo que construímos em interacção, que não assenta na natureza ou na biologia e que não existe independentemente de outros factores sociais, como o meio, a etnia, a idade, a classe, a orientação sexual, a religião. Todos estes elementos estão em constante interacção. A questão é [...] encontrar um modelo que nos permita conceber a diferença sexual como um conceito holístico e dinâmico no que diz respeito ao uso da língua — um modelo que nos permita compreender que, num contexto social, é com a linguagem que nós construímos a identidade sexual (Uchida, 1992: 564).

Porque as reflexões que deixei expostas se inserem numa investigação em que pretendo olhar para a forma como se constroem identidades nacionais e sexuais em contextos de emigração (esse português “modo de estar na fronteira” [Santos, 1994]), largamente referido, tantas vezes perversamente utilizado e governamentalizado), procurei compreender que, num contexto social, é com a linguagem que construímos a identidade e a diferença — seja ela individual, sexual, regional, nacional ou global. Por outras palavras, torna-se necessário avançar para um tipo de abordagem que não olhe só para o uso diferenciado e estanque da linguagem, mas permita captar a intuição de que diferença e identidade se constroem pela identificação e pelo diálogo que os participantes têm com o valor que atribuem ao facto de serem homens ou mulheres, portugueses, ribatejanos ou ingleses. Um tipo de abordagem como a da análise crítica do discurso poderá permitir-nos articular a análise linguística com a análise cultural, permitindo ao linguista um olhar mais holístico para o fenómeno da comunicação, da linguagem, e da construção da diferença pela linguagem. ■

Referências bibliográficas

- 188
- Cameron, Deborah 1992 "Review of *You Just Don't Understand.*", *Feminism and Psychology*, 2 (3), 465-489.
- Cameron, Deborah 1993 *Feminism and Linguistic Theory*. London, Blackwell (2ª edição).
- Fairclough, Norman 1993 *Discourse and Social Change*. London, Polity Press.
- Fischer, S. 1984 "Was Ärzte sagen — was Patientinnen sagen: Die Mikropolitik des Entscheidungsprozesses im medizinischen Gespräch", in Senta Troemmel-Plotz (Hrsg.), *Gewalt durch Sprache: Die Vergewaltigung von Frauen in Gesprächen*. Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag.
- Fischer, S. 1986 *In the Patient's Best Interest*. New Brunswick NJ, Rutgers University Press.
- Fischer S.; Todd A. (eds.) 1983 *The Social Organization of Doctor-Patient Communication*. Washington, DC, The Center for Applied Linguistics.
- Fischer, S.; Todd A. 1986 *Discourse and Institutional Authority: Medicine, Education, and Law*. Norwood, NJ, Ablex Publishing Corporation.
- Fishman, P. 1978 "Interaction: The Work Women Do", *Social Problems* 25 (4), 397-406.
- Kiaer, S. 1990 *The Construction of Motherhood in the Discourse of Ante Natal Care*. MA (MALS) dissertation, Lancaster University.
- Kramarae, Cheris 1992 "Review of *You Just Don't Understand*", *Signs*, Spring.
- Lakoff, R. 1975 "Language and Woman's Place", *Language and Society*, 2, 45-80
- Maltz, D. N.; Borker, R. A. 1982 "A Cultural Approach to Male-Female Miscommunication", in J. Gumperz (ed.), *Discourse and Social Identity*. Cambridge, CUP.
- Nunes, João Arriscado 1993 "Ervin Goffman e a Sociologia da Vida Quotidiana", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 33-49.
- Orlandi, Eni Puccinelli 1992 *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Santos, B. S. 1994 *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós Modernidade*. Porto, Edições Afrontamento
- Tannen, D. (ed.) 1993 *Gender and Conversational Interaction*. Oxford, OUP.
- Tannen, D. 1994 "Gender Gap in Cyberspace", *Newsweek*, 16 de Maio.
- Todd, A. 1984 "'Die Patientin hat nichts zu sagen': Kommunikation zwischen Frauenärzten und Patientinnen", in Senta Troemmel-Plotz (Hrsg.), *Gewalt durch Sprache: Die Vergewaltigung von Frauen in Gesprächen*. Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag. ?

- Todd A. 1989 *Intimate Adversaries: Cultural Conflict between Doctors and Women Patients*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Todd, A. D.; Fischer, S. 1988 *Gender and Discourse*. Nordwood, Ablex Publishing Corporation
- Troemmel-Plotz, S. 1991 "Selling the apolitical", *Discourse and Society*, 2 (4), 489-502.
- Uchida, A. 1992 "When 'difference' is 'dominance': A critique of the 'anti power-based' cultural approach to sex differences", *Language and Society* 21, 547-568.
- West, C. 1984 *Routine Complications: Troubles with Talk between Doctors and Patients*. Bloomington, Indiana University Press.